

A HORA DA VERDADE

Cid relata empresários defendendo trama golpista a Bolsonaro

Encontro com ex-presidente ocorreu em novembro de 2022, segundo PF: citados negam pressão sobre ex-presidente

PAOLA SERRA, SARAH TEÓFILO,
PATRICK CAMPOS REZ
MARIANA MUNIZ
publicação conjunta com
a revista

Um áudio obtido pela Polícia Federal no celular do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, indica que empresários se reuniram com o então chefe do Executivo em novembro de 2022 para defender uma "posição mais radical" em relação ao resultado das eleições. Na ocasião, o ex-presidente já havia iniciado uma disputa contra Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a PF, o áudio de Cid, enviado ao então comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, cita a "visita dos empresários Luciano Hang (Havan), Meyer Nigri (Tecnisa), Afrânio Barreira (Coco Bambu) e, possivelmente, Sebastião Bomfim (Centaurus)". Na mensagem, ainda de acordo com a PF, Cid afirma que "os empresários tentaram pressionar Jair Bolsonaro para que o Ministério da Defesa fizesse um relatório mais duro, contundente, com o objetivo de 'virar o jogo', possivelmente se referindo ao resultado das eleições presidenciais". O encontro, segundo a investigação, ocorreu em 7 de novembro de 2022, dia anterior ao Jogo de Cid.

Nigri afirmou, por meio de nota, que "nunca tentou pressionar quem quer que seja, muito menos o ex-presidente para 'virar o jogo'" e que reconheceu a vitória de Lula "logo depois dos resultados das eleições". Já os advogados de Hang, por sua vez, ressaltaram que a investigação tramita em sigilo e que ele desconhece o conteúdo da mensagem. Em nota, acrescentaram que o empresário "jamais sugeriu ou pediu a quem quer que fosse a adoção de medida destinada a atentar contra o ordenamento jurídico e as instituições democráticas".

Barreira afirmou que estava em Londres na data da suposta reunião e enviou uma foto que comprova a viagem. Em nota, negou ainda "envolvimento em qualquer ato político, público ou privado, durante ou depois da campanha presidencial de 2022". O texto diz que ele nunca falou com Cid e que só conversou com Bolsonaro uma vez, em agosto de 2020. "Assim, qualquer alegação do sr. Mauro Cid (se é que houve) é falsa, e não haverá nenhuma prova de tal acontecimento, pois o mesmo nunca ocorreu", completa a nota, afirmando a defesa do processo eleitoral do Brasil. Procurado, Bomfim não se manifestou.



Hang, Empresário cit. q. "ama" ataque democrático



Nigri. De afirma que nunca tentou pressionar por golpe

EMPRESÁRIOS CITADOS PELA PF

Luciano Hang

É um dos fundadores da rede Havan. Foi indicado no relatório final da CPI da Covid. Junto com a Havan, foi condenado a pagar mais de R\$ 85 milhões por intimidar funcionários a votarem em Bolsonaro. Negou participação em ações antidemocráticas.

Meyer Nigri

Engenheiro e investidor, foi conselheiro informal de Bolsonaro na Presidência. É fundador da Tecnisa, que atua no mercado imobiliário, e dono de uma confraria de vinhos. Negou ações antidemocráticas.

Afrânio Barreira

É empresário do ramo gastronômico desde 1985. À frente do grupo Coco Bambu, faturou mais de R\$ 1 bilhão em 2021. Afirma que estava em Londres na data da suposta reunião e nega ações golpistas.

Sebastião Bomfim

É dono da rede Centaurus e um dos bilionários brasileiros. Segundo a Forbes, tem uma fortuna de R\$ 2,3 bi. Supostamente teria participado da reunião. Ele não se manifestou.

"Na conversa que ele (Bolsonaro) teve depois com os empresários, ele estava, estava o Hang, estava aquele cara da Centaurus, estava o Meyer Nigri. Esta-va o Coco Bambu também, ele também. Tipo, quem falou, ó... o governo Lula vai cair de podre,

né? Pessoal ficou um pouco de moral baixo porque os empresários estavam querendo pressionar o presidente a pressionar o MD (Ministério da Defesa) a fazer um relatório contundente, duro né? Pra virar jogo, aqueles negócios", diz Cid no áudio, enviado no dia 8 de novembro, segundo o relatório da PF.

A investigação aponta que o relatório produzido pela Defesa era um dos elementos para sustentar uma trama golpista com o intuito de tentar reverter o resultado das eleições.

"Novamente, evidenciase a tentativa de utilização do relatório de fiscalização que seria produzido pelo Ministério da Defesa para atender os interesses ilícitos dos investigados", afirma a PF no relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Jair Renan é indiciado por lavagem de dinheiro no DF

Polícia também viu crimes de falsidade ideológica e de uso de documento falso por episódio envolvendo empresa do filho do ex-presidente

PAOLA SERRA
publicação conjunta com
a revista

A Polícia Civil do Distrito Federal indiciou Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente, por lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e uso de documento falso. Jair Renan era investigado pelo uso de relações de faturamento com informações fraudulentas sobre sua empresa para obter um empréstimo bancário que acabou não sendo pago.

O alvo da suspeita é uma declaração de faturamento de R\$ 4,6 milhões da Bolsonaro Jr. Eventos e Mídia. A

defesa do filho do ex-presidente afirmou que não vai comentar o caso porque ele está sob sigilo.

A investigação apurava ainda a participação de Márcio Carvalho, ex-assessor de Jair Renan, no caso. Ele também foi indiciado. Os advogados de Carvalho informaram que ele já foi isentado de acusações semelhantes e que, como "é um desdobramento daquele episódio", ele "será absolvido novamente".

Em nota, a Polícia Civil do Distrito Federal confirmou a conclusão do inquérito e os indiciamentos e disse

que "o relatório final de investigação foi encaminhado ao Poder Judiciário em 8 de fevereiro de 2024".

O portal g1 reproduziu trechos do relatório que indicou Jair Renan. Segundo os agentes, ele teve "atuação direta" na fraude. Em depoimento, o filho do ex-presidente alegou que não reconhecia suas assinaturas nos documentos, mas a perícia indicou que em pelo menos um deles a rubrica era autêntica.



Jair Renan, Filho do ex-presidente indiciado por três crimes envolvendo empresa

"TESTA DE FERRO"

A empresa de Jair Renan tinha como principal ramo de atuação fornecer "serviços

de organização de feiras, congressos, exposições e festas". Hoje, ela consta como encerrada no cadastro da Receita Federal.

A mudança de propriedade da companhia, feita por meio de doação, é um dos fa-

tos investigados pela Polícia Civil em relação ao filho do ex-presidente. Em agosto do ano passado, quando cumpriu mandados de busca e apreensão contra Jair Renan, a Polícia Civil afirmou que "a investigação apontou para a existência de uma associação criminosa cuja estratégia para obter indevida vantagem econômica passa pela inserção de um terceiro, 'testa de ferro' ou 'laranja', para se ocultar o verdadeiro proprietário das empresas de fachada ou empresas 'fantasmas' utilizadas pelo alvo principal e seus comparsas".

O relatório de conclusão da investigação foi enviado ao Ministério Público distrital, que decidirá agora se pede mais diligências, oferece denúncia ou pede o arquivamento do caso.

PF conclui que filho de Moraes foi alvo de agressão em Roma

Não foi pedido indiciamento pelo crime ser de menor potencial ofensivo

MARIANA MUNIZ
publicação conjunta com
a revista

A Polícia Federal concluiu a investigação sobre confusão envolvendo o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no aeroporto de Roma, na Itália, em julho de 2023, e apontou que o filho do magistrado, Alexandre Barci de Moraes, foi alvo de agressão. O relatório da PF foi encaminhado

à Corte no último dia 9. Segundo a PF, os "elementos informativos obtidos atestam, de modo suficiente", que Alexandre Barci de Moraes foi alvo do crime de "injúria real" cometido pelo empresário Roberto Mantovani Filho. Segundo o delegado Hironaka Sakai, não se trata de caso de indiciamento do empresário por se tratar de um crime de menor potencial ofensivo. O caso tramita no próprio STF, sob a

relatoria do ministro Dias Toffi, a quem caberá analisar as conclusões policiais.

No relatório, a PF afirma que embora as filmagens do aeroporto mostrem que houve uma discussão entre os envolvidos e que a "interação teve início a partir da manifestação de Alexandre Munari", esses elementos, "diante da falta de registros sonoros, e da impossibilidade de realizar leitura labial, são insuficientes



Confusão. Família paulista ter a agredido Moraes no aeroporto de Roma

para atestar a materialidade do crime por parte dela e de Alex Zanatta Bignotto.

A investigação trata do episódio em que uma família paulista brigou com o ministro na porta de uma sala VIP do aeroporto de Roma e apura os crimes de lesão corporal, injúria e abolição violenta do estado de direito.

Os brasileiros identificados pela PF são o casal Roberto Mantovani Filho e Andreia Munari; o genro de Alex Zanatta Bignotto; e

o filho, Giovanni Mantovani. Todos negam os crimes.

Segundo o colunista do GLOBO Lauro Jardim, as imagens do aeroporto de Roma mostram que Roberto Mantovani Filho deu um tapa em Alexandre Barci de Moraes.

Em depoimento à PF, Moraes disse ter sido xingado de "bandido, comunista e comprado" por uma mulher identificada como Andreia Munari.

Em decisão tomada em outubro de 2023, Toffi autorizou que peritos dos envolvidos na confusão tivessem acesso à íntegra das imagens do aeroporto. Toffi também concedeu a Moraes e a seus filhos e esposa o direito de estarem como assistentes de acusação.